

Editorial

Vanessa Campagnac

Editora da Revista Cadernos de Segurança Pública

Chegamos à 11ª edição da Revista Cadernos de Segurança Pública e o tema central desta publicação é o Uso de Evidências na Gestão da Segurança Pública. A ideia aqui é disseminar estudos realizados pelo Instituto de Segurança Pública em parceria com unidades das polícias fluminenses, focando no apoio qualificado por parte deste Instituto, principalmente no que se refere ao uso de dados para guiar a gestão da segurança pública. Com esta iniciativa, esperamos contribuir para a construção do conhecimento acerca de questões criminais no estado do Rio de Janeiro.

Diante das diversas mudanças institucionais pelas quais a segurança pública fluminense tem passado, o uso de evidências para nortear sua gestão se torna ainda mais premente: é somente com análise criminal acurada e qualificada que podemos visualizar padrões de crimes e estabelecer correlações entre ocorrências, com vistas à sua redução. E esta premissa está totalmente alinhada à função precípua do Instituto de Segurança, a de apoiar as polícias do estado do Rio de Janeiro no uso de informações.

Dessa forma, aqui são apresentados seis estudos que mostram como o uso de informações pode levar a melhores tomadas de decisão, com base em evidências científicas. Apresentamos, pois, análises criminais acuradas que propiciam o policiamento orientado ao problema e uma gestão mais efetiva frente às múltiplas carências de recursos, ferramentas de monitoramento de crimes e a descrição de projetos-piloto realizados em unidades tanto da Secretaria de Estado de Polícia Militar como da Secretaria de Estado de Polícia Civil.

O primeiro artigo desta edição traz um estudo sobre as circunstâncias relacionadas à ocorrência de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro. Esta editora, Renata Araújo e Vinícius Lopes Diniz assinam este trabalho, que tem por objetivo a atribuição das circunstâncias principais relacionadas às mortes intencionais (tráfico de drogas, milícia, intervenção de agente do Estado, latrocínio, relação interpessoal ou outras). O texto defende que conhecer as condições que levam à ocorrência de uma morte violenta tem importância basilar para a sua prevenção e coibição: só é possível desenhar e implementar políticas públicas factíveis de redução de homicídios quando entendemos quais circunstâncias levam à morte. Com este estudo, o Instituto de Segurança Pública dá mais um passo em direção ao entendimento das dinâmicas da letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro.

Bárbara Caballero (Mestre em Economia e Coordenadora de Estatística do Instituto de Segurança Pública) e Bruno Ottoni (Doutor em Economia e Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) expõem no segundo artigo um exemplo de metodologia de análise criminal. Ao criarem o Índice de Violência Armada, ferramenta de monitoramento que utiliza dados de vitimização por arma de fogo e de

confrontos, os autores destacam suas possibilidades de uso, a qual pode ser reaplicada em diversos recortes espaciais do estado do Rio Janeiro, principalmente focando em outras unidades, como em áreas de batalhão da Secretaria de Estado de Polícia Militar e em circunscrições de delegacia da Secretaria de Estado de Polícia Civil. Esta é mais uma possibilidade de uso de dados para qualificar a gestão da segurança pública, com ferramentas de análise e monitoramento específicas para apoiar as necessidades analíticas das polícias.

Os artigos seguintes tratam da descrição de quatro projetos-piloto realizados pelo Instituto de Segurança com quatro unidades policiais: três da Secretaria de Estado de Polícia Militar e uma da Secretaria de Estado de Polícia Civil. Assim, o terceiro artigo aqui encartado trata do 9º Batalhão de Polícia Militar e foi escrito por Julia Guerra Fernandes (Mestre em Economia), Elisângela Oliveira (Mestranda em Sociologia e Direito), ambas Analistas do Instituto de Segurança Pública, e Joana Monteiro, ex Diretora-Presidente do ISP. As autoras expõem as dificuldades encontradas na unidade, seus indicadores criminais e como o ISP apoiou a equipe do batalhão quanto ao uso de informações criminais. Os resultados apresentados dizem respeito a quedas expressivas dos indicadores prioritários da área. No geral, as informações utilizadas foram fundamentais para que a unidade alcançasse resultados efetivos de redução de criminalidade.

A experiência da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas – DRFC é o tema do quarto artigo, assinado pela equipe do ISP (Renata Araújo – Delegada de Polícia Civil; Leonardo D’Andrea Vale – Major da Polícia Militar; Bárbara Caballero – Mestre em Economia; Vanessa Campagnac – Doutora em Ciência Política; e Jonas Pacheco – Mestrando em Ciências Sociais). Na oportunidade são descritas as ações realizadas pela DRFC no que se refere ao enfrentamento ao roubo de cargas em território fluminense durante o ano de 2018. No geral, é mostrado como a integração das forças de segurança e o uso de informações tiveram fundamental importância para a obtenção de efeitos positivos de redução desse tipo de roubo.

O quinto artigo desta edição, escrito por Julia Guerra Fernandes (Mestre em Economia) e Thiago Garcia Faleiros (Graduando em Ciência Política), descreve as experiências de gestão do 2º Batalhão de Polícia Militar. O foco principal deste artigo é apresentar, além da análise do cenário e dos indicadores criminais relativos à área estudada, o cruzamento entre as áreas de incidência desses indicadores com as áreas de patrulhamento delimitadas pela própria unidade. Os resultados alcançados pela unidade também estão aqui contemplados, e se apresentam também como consequências do estímulo, por parte do ISP, à sistematização de informações da unidade, principalmente no que se refere à digitação e organização de suas ordens de policiamento.

Encerrando esta edição, o sexto artigo trata do trabalho realizado pelo 7º Batalhão de Polícia Militar. A analista do ISP e Mestranda em Sociologia e Direito, Elisângela Oliveira, descreve o cenário no qual se encontrava a unidade, as medidas baseadas em evidências por ela adotadas, além dos resultados alcançados durante o período do projeto-piloto. Como destaque, a autora enfatiza a seção de análise criminal da unidade, criada pelo comando estudado como forma de estimular o registro de informações e o uso de dados,

práticas essenciais para a gestão da segurança pública.

Com os artigos desta edição, sobre o Uso de Evidências na Gestão da Segurança Pública, o Instituto de Segurança Pública afirma, mais uma vez, seu compromisso com sua função primordial de suporte às polícias fluminenses, apoiando-as no que se refere, especialmente, à qualificação da análise criminal. Nossa premissa vai, ainda, além: somente diagnósticos precisos, com base em evidências empíricas, propiciam que ações policiais sejam específicas, focadas em problemas específicos e orientadas para o problema, o que contribui para que soluções adequadas possam ser pensadas e implementadas. Boa leitura!